

Cabe apenas a Sarney decisão de antecipar posse de seu sucessor

por Eliane Sobral
de Brasília

"Antecipar a posse do presidente eleito é um problema político, cuja decisão cabe, exclusivamente, ao presidente José Sarney. Porém, se o quadro econômico do País — entre a data da eleição e da posse — tiver se agravado, deve haver um entendimento" — afirmou ontem, em Brasília, o ministro da Aeronáutica, brigadeiro Octávio Moreira Lima.

Dessa forma, o ministro tornou pública, ontem, uma das posições dominantes entre os chefes militares da ativa, no debate que ocorre no âmbito do governo federal sobre a eventual antecipação da posse do sucessor do presidente José Sarney, a ser eleito no próximo dia 17.

De acordo com fontes da aeronáutica, o ministro Moreira Lima chegou a debater o assunto com o presidente José Sarney, em despacho no Palácio do Planalto, entre os dias 1º e 10 últimos. O ministro, contudo, evita comentar essa versão. Disse apenas que se trata de um assunto "muito delicado".

Outras fontes indicam que, em conversas menos formais, um grupo de líderes militares — que não representa o consenso das Forças Armadas — também ponderou ao presidente sobre a possibilidade, de forma sutil e apenas sugestiva. Na ocasião Sarney não teria se manifestado.

Ontem, o secretário de imprensa da Presidência, Augusto Marzagão, indicou que isso não teria acontecido.

O presidente resiste, apostando que o quadro econômico não deverá deteriorar-se de forma a comprometer a etapa final do ciclo de transição política, que pretende comandar até o limite constitucional, isto é, o dia 15 de março, quando deixa o poder.

O debate chegou aos ministros do Supremo Tribunal Militar (STM) depois de passar por diferentes ministérios.

O ministro do STM, brigadeiro Belham da Motta, disse desconhecer a proposta de antecipação da posse, mas posicionou-se a favor. "Eu pessoalmente sou favorável a esta postura. O presidente Sarney já cumpriu o seu papel na transição democrática e terá, a partir do dia 17, dois fortes opositores — o presidente eleito e o derrotado. Vai esperar para passar o cargo sob vaias?", questiona Belham da Motta.

Um ministro do STM, que prefere não ser identificado, também oriundo da Aeronáutica, partilha da opinião de Belham da Motta.

A postura já assumida por alguns militares não significa que haja consenso entre os comandantes das Forças Armadas. Um general de Exército, ligado ao ministro Leônidas Feres Gonçalves, confirma que este é contrário à redução do mandato de Sarney.

O secretário de imprensa da Presidência, Augusto Marzagão, explicou que a renúncia de Sarney pode até ser desejo de algumas pessoas do governo e fora dele, mas nega que a sugestão tenha partido de grupos, conforme relata a repórter Cleide de Castro.

Os ministros têm despacho com o presidente e o assunto pode ter sido tratado de maneira individual", acrescentou. Garantiu que o presidente "pretende cumprir o seu mandato até o dia 15 de março e sugerir outra data para a posse do novo presidente chega a ser uma indelicadeza. "O líder do governo na Câmara, deputado Luiz Roberto Ponte (PMDB-RS), disse ontem que não há da parte do presidente Sarney intenção ou convicção de que seja necessária a antecipação de sua saída do governo. Segundo relata o editor João Alexandre Lombardo, deste jornal, isso de acordo com Ponte só poderia ser cogitado na hipótese de um descontrole da economia o



Moreira Lima

Saulo Ramos critica proposta

por Cláudia Trevisan
de São Paulo

"Propor a antecipação da posse do novo presidente da República é falta de responsabilidade e implica desrespeito à Constituição." Dessa forma o ministro da Justiça, Saulo Ramos, criticou as sugestões de que o presidente José Sarney deixe o governo antes do término de seu mandato.

Segundo o ministro, existiriam dois caminhos — que ele descarta — para a posse antecipada: uma reforma constitucional ou a renúncia do presidente Sarney. A primeira hipótese ele julga perigosa. Em sua opinião, qualquer reforma constitucional permitiria a mudança de outros dispositivos que não dizem respeito à posse. E a renúncia do presidente não permitiria a posse do eleito em 17 de dezembro. "Quem assumiria neste caso é o presidente da Câmara dos Deputados, Paes de Andrade. E, aí, teríamos uma nova Mombaca", disse Saulo Ramos, referindo-se ao período em que Paes de Andrade exerceu interinamente a Presidência da República.

O ministro também criticou a adoção do parlamentarismo antes de 1993, quando será realizado o plebiscito para decisão do sistema de governo a ser adotado no País. "Temos que respeitar a Constituição", ressaltou.

que, na sua opinião, não acontece. Ele admitiu, porém, que há, dentro do governo, pessoas que defendem a antecipação da posse do novo presidente da República, que será eleito no dia 17.

Segundo o líder do governo, apesar de a inflação ficar este mês em torno dos 40%, a economia está indexada, o que ameniza os problemas dos altos índices. Particularmente, o líder acha que Sarney deveria cumprir seu mandato até 15 de março, conforme determina a Constituição. Ele, aliás, levantou outra questão. "Seria necessário um entendimento com o Congresso", disse Ponte, referindo-se à necessidade de se emendar a Constituição, no dispositivo que determina o tamanho do mandato do atual presidente. Se isso não for feito e Sarney renunciar, tomará posse o presidente da Câmara, deputado Paes de Andrade (PMDB-CE). Para ser aprovada, uma emenda constitucional precisa dos votos de três quintos de deputados e senadores.

Para o líder do PMDB na Câmara, deputado Ibsen Pinheiro (RS), a redução do mandato do presidente Sarney depende da vontade dele. "Não faz sentido qualquer pressão", completou. Já o vice-líder do PFL, deputado José Lins, acha que a antecipação da posse do novo presidente não apresenta vantagens nem para o atual governo, nem para o próximo presidente. No caso do presidente Sarney, continuou Lins, a antecipação da posse impediria o arremate de sua gestão. Para o futuro presidente, acrescentou, diminuiria o tempo para que ele preparasse sua ação de governo e ministérios, por exemplo. O líder do PDT na Câmara, deputado Vivaldo Barbosa (RJ), disse ser preciso aguardar o segundo turno da eleição.